



3. “Estou exilado, civilmente exilado” (1959-1969)

Assim descreve D. António o início do exílio: “*Recusada a entrada na fronteira de Valença, à ordem do ‘senhor e dono’ de Portugal, transmitida pelo Sr. Morais da PIDE, depois de ter estanciado uns dias por Vigo, por convite do Sr. Cardeal Arcebispo de Santiago (Fernando Quiroga y Palacios) (a pedido do Núncio em Madrid, tocado evidentemente de Lisboa) demorava temporariamente numa residência da diocese compostelana*”. Dessa casa olha a ocidente da cidade o vale de Amaya que se prolonga até ao mar de Noya. Aí vive a incerteza e contradição, acompanhado do secretário. Entretanto, em Outubro de 1959, D. Florentino de Andrade e Silva tinha sido nomeado Administrador Apostólico *ad nutum Sanctae Sedis*. Escreve-lhe a pedir uma pensão de cômgrua sustentação e uma cópia do decreto da nomeação do Administrador Apostólico.

Aqui se inicia uma degradação de relações entre os dois em virtude de decisões tomadas pelo bispo auxiliar reveladoras de crescente crispação. Múltiplas peripécias cavam um fosso na confiança anterior. É destituída a equipa directiva do seminário, Dr. Manuel da Silva Martins e Dr. Domingos de Pinho Brandão. O Administrador Apostólico exige a abertura de um cofre onde D. António guardava documentação de carácter sigiloso, denominando-o arquivo secreto da diocese. Faz em Julho queixa ao Núncio que adverte D. António com severidade, convencido da verdade exposta por D. Florentino. A 27 de Dezembro de 1960 abriu-se o recanto e verificou-se a verdade das afirmações de D. António: não se encontraram documentos importantes para o governo da diocese.

O Governo português considerava este local muito próximo e impôs o afastamento para a costa mediterrânica. A Nunciatura em Madrid fixou-lhe residência em Valência a 7 de Novembro de 1959. D. Marcelino Olaechea Loizaga acolhia-o fraternalmente nos aposentos episcopais da casa sacerdotal. D. António pedia uma casa religiosa onde pagasse pensão justa. A resposta foi calorosa e fraternal e depressa se mudou, pois a 29 de Novembro já escreve ao Cardeal de Santiago a agradecer a generosa hospitalidade.

Vê-se forçado a um exílio de dez anos, iniciado em Vigo e depois continuado em Santiago de Compostela, Valência – onde colabora na acção Pastoral – Beuel (Alemanha), Lourdes, e terminado em Ciudad Rodrigo e Alba de Tormes. Nestes locais recebe frequentes visitas de amigos e apoio da Diocese do Porto, que soube ser fiel e digna no exílio do seu bispo.



Aproveita o tempo dos “ócios do desterro” para seguir o imperativo de pensar. Debate os problemas, pondera as motivações, analisa as razões ou sem razões deste exílio forçado. Saboreia a solidão e o silêncio “gulosamente” e pelos ensaios que vai rabiscando, fruto do seu discernimento, demonstra toda a profundidade da sua busca e autenticidade do seu ser. Não pretende fazer crónica de sentimentos ou emoções ou deixar-se conduzir por ressentimentos. A obra inédita, editada pela Fundação Spes em 2003, sob o título “Igreja na vida pública: catolicismo português e historicidade”, resulta deste período. Previa uma trilogia, sendo os outros dois volumes dedicados à vida económico-social e à vida cultural-espiritual. A entrega a tarefas pastorais não permitiu cumprir este desiderato. Ao discorrer, nestes ensaios, sobre a novidade cristã encarnada na realidade portuguesa, o Bispo do Porto deseja contribuir para uma visão da identidade nacional. Nestes escritos revela-se a fundamentada inserção do seu pensamento no quadro universalista de referências seja dos clássicos antigos e recentes do cristianismo, seja da informação de autores e dados da política contemporânea. O centro motivador da sua reflexão foi identificado por Mendo Castro Henriques como “a noção de homem histórico aberto ao ser” (Uma teologia política, p. 11). Na sua proposta de teologia política “a orientação é teológica mas os dados são políticos” (*Ibid.*, p. 13).

Grande parte do clero permanecia solidária com o Bispo exilado. É enviado ao Núncio apostólico um abaixo-assinado com cerca de trezentas assinaturas de padres a 6 de Janeiro de 1960. Para responder a uma carta de dois jovens padres D. António escreve uma Mensagem ao Clero em Julho de 1960, contrariando as ordens de absoluto recato emanadas pela Secretaria de Estado.

É, em 1960, nomeado para membro da Comissão Preparatória do Concílio na secção de Seminários e Universidades. Para participar neste trabalho desloca-se a Roma, onde ocorrem as primeiras sessões em Novembro. Durante esta época e parte do Concílio reside em Valência até Dezembro de 1963, na casa sacerdotal Venerable Agnesio (Trinitarios, 1).

O Concílio abre em Roma a 11 de Outubro e logo a 17 acontece um encontro com o cardeal Cerejeira. Este tenta convencê-lo das razões que aconselham a sua renúncia à Diocese do Porto. Dois dias depois é o Núncio, Giovanni Panico, que convoca D. António para uma entrevista no colégio romano onde se hospedava. Propõe-lhe a resignação. Cerejeira explicava, em carta de 30 de Outubro, que não se trata de motivações subjectivas, mas de um problema de Igreja. Se regressasse não se sentiria à vontade no meio de colegas a



quem criticou; não poderia ser princípio da unidade na diocese; não “poderia sancionar nem deveria desfazer” medidas de um interregno de governo. O Bispo do Porto responde (8-11) estranhando a facilidade natural com que o Patriarca de Lisboa falava dos problemas da Diocese do Porto, como se fossem seus. Recusava tratar com ele sobre a diocese, enquanto não lhe fosse demonstrado incorrer em erro.

A resposta ao Núncio data de 25 de Outubro, mas só foi terminada a 18 de Novembro. Ferreira Gomes considerava ser uma hipocrisia apresentar agora a renúncia. Está persuadido que as pressões são políticas, sem algum respeito pelo direito a ser ouvido e julgado antes de condenado. Exigia por isso um acto da Autoridade competente, posto em forma jurisdicional. Acrescentava um documento com 31 alegações que provaria em processo judicial. Como recebera a 14 de Novembro missiva de Cerejeira a comunicar que o cardeal Secretário de Estado lhe dissera que lá não havia nenhuma queixa contra o Bispo do Porto, acrescenta em *post-scriptum* onde perguntava com acutilância se não havia uma queixa apresentada pelo Chefe do Governo português, como se explica uma visita apostólica e a suspensão da jurisdição episcopal. Tentava-se reduzir a renúncia a uma decisão pastoral, como observa Pinho Ferreira (*Igreja e Estado Novo*, 83). A questão restaria quieta por quase um ano. Só em Agosto de 1963 o Núncio em Espanha se encontra com D. António para lhe apresentar uma proposta intitulada *Disposizioni per provvedere alla Diocesi di Porto*. Consistia em síntese promover D. António a arcebispo titular, deixando a sede vacante, nomeá-lo Subsecretário do Concílio ecuménico, conceder-lhe uma pensão perpétua paga pela Diocese do Porto, tentar levantar a proibição de regressar a Portugal. Logo no dia seguinte responde por escrito que em consciência não aceita a proposta, pois o problema não é de promoção mas de remoção. Acaba por ser um juízo sobre o seu exercício do magistério e sobre a defesa da isenção política da Igreja. Alude a que não lhe seja recusado ser ouvido pessoalmente pelo Santo Padre. Chamado à Nunciatura em Madrid, na presença do Núncio em Portugal, recebe a 10 de Setembro a carta de Paulo VI (30-8-63), na qual instava o Bispo e renunciar à diocese, invocando o bem das almas e justificando ser o problema “exclusiva e eminentemente religioso”. Os núncios pedem resposta antes de partir de Madrid. Responde que se submete às ordens do Papa, suposto que não lhe seja “atribuída qualquer responsabilidade nas decisões tomadas.” Lamenta não ser ouvido pessoalmente, como sempre pedira. Recusa qualquer honraria porque lhe saberia a “comédia, para não dizer escárneo”. A carta de 11 de Setembro não agradou ao Núncio em Espanha. Desistiu assim de a entregar, depois de muito



pensar, e partiu para Valência. Deseja serenidade da alma para dar uma resposta. Em finais de Outubro a Secretaria de Estado fez saber por D. Rafael Moralejo, bispo auxiliar de Valência, que Paulo VI aguardava resposta à sua carta. A 3 de Novembro escreve a Mons. António Samoré, Secretário de Estado, em virtude da morte do cardeal Tardini. Justifica a demora pela perplexidade face a factos talvez consumados, que o conduziam a um estado de alma impulsador de uma resposta inconveniente. Apontava como causa da mudança de atitude do Vaticano, relativamente à sua resignação, as “vergonhosas pressões do poder político português”. Passados dias lá seguia a carta para Paulo VI (9-11). Nesse longo documento de impressionante dignidade confessa não desejar ser estorvo aos planos de Sua Santidade. Só colocava a condição de “de maneira formal” a Santa Sé cobrir a sua responsabilidade pessoal de bispo do Porto, ou seja estar ciente de que a sua consciência ditava outra solução. A resposta sintética e evasiva do Secretário de Estado deixava adiada qualquer decisão e permitia ao Bispo respirar.

Durante o Concílio (1962-1965) está em Roma, participa na aula conciliar, com intervenções de interesse, relativas ao esquema dos bispos, do ecumenismo, da Igreja no mundo e da liberdade religiosa, talvez esta a mais pertinente. Juntamente com o portuense D. Sebastião Soares de Resende, tem as intervenções mais relevantes da débil presença portuguesa no II Concílio do Vaticano. Desta experiência eclesial única deixa alguns testemunhos e achegas para a história num escrito inédito que a Fundação Spes permitiu visse a luz do dia. Sugestivamente intitulou estas considerações e comentários à aventura conciliar “*Pareceu ao Espírito Santo... E a nós?*”. Esta interrogação, introduzida no texto dos Actos dos apóstolos (15,28), evidencia o clima de tensão operado pela renovação conciliar. Pela experiência havida na preparação, D. António confessa chegar ao Concílio com profundo pessimismo, a ponto de afirmar que “só a obrigação da fé aguentava a esperança”. Foi o debate crucial da semana de 14 a 21 de Novembro que permitiu ver o rumo definitivo do Concílio. Aí D. António entusiasma-se e exclama: “ O Concílio está feito” (p. 143). O Concílio encontrava o rumo porque descobriu, graças ao sopro do Espírito Santo, o método e o programa. Tratava-se de uma renovação a partir das fontes da Escritura e da Tradição e não reduzida a tradições de poucos séculos. A igreja respondia aos apelos dos sinais dos tempos, sentia-se peregrina na história e não baluarte ou cidadela defensiva.

Nestas observações, D. António tece críticas à falta de abertura mental, teológica e eclesial do episcopado português e sobretudo à incapacidade para perceber o lugar de um



bispo e da Igreja na sociedade e na relação com o Estado. Reclama a liberdade para cumprir a missão própria com plena responsabilidade. A visão que esboça da história de Portugal é desafio que não encontrou ainda debate.

A partir da segunda sessão do Concílio D. António fixou residência na Alemanha (5302 Beuel Herz-Jesu Kloster) e disso informou os Núncios e o Administrador Apostólico. Já lá passou o Natal de 1964, na companhia do Doutor Manuel Oliveira, que nesta obra narra a sua experiência. Após a clausura do Concílio, a partir do início de 1966, opta por residir em Lourdes (Convent L'Assomption). Até 1969 presta nessa diocese e nas vizinhas de Auch, Cahors, Toulouse e Baionne ajuda pastoral, sobretudo na celebração de Crismas e serviço de acompanhamento dos emigrantes portugueses.

Outro tipo de emigrantes, os exilados políticos, procurava o Bispo do Porto, solidário com eles no pão amargo do exílio. É o caso do General Humberto Delgado, de Fernando Piteira Santos. André Kassinda, João Gomes, Mário Soares. De todos existe correspondência no arquivo da Fundação.

Em Dezembro de 1967, D. António responde em francês a uma interpelação do Arcebispo de Conakry, Raymond-Marie Tchidimbo (1920-200?), com uma longa carta que ocupa 100 páginas na edição portuguesa inserida no volume *A Igreja na vida pública*. É dedicada ao tema “Portugal e o colonialismo”. O Arcebispo tinha escrito, com data de 7 de Outubro, na revista *Informations Catholiques Internationales* (n. 300 (1967) 4-6), um artigo onde denunciava o governo colonialista de Salazar, a propósito da morte no exílio de Mons. Manuel Mendes das Neves, ocorrida em 1966. Elenca os casos de padres angolanos no exílio e lamenta a cumplicidade da Igreja com o governo. Como não gosta de se “refugiar no angelismo ou nos facilitismos de um estilo socialmente inócuo e adocicado”(p. 233), D. António responde-lhe. A reflexão que produz pretende ser resposta pessoal, como “esforço de clarificação e de compreensão recíproca entre as nossas duas igrejas”.

A tomada de posse de Marcelo Caetano, a 27 de Setembro de 1968, alimenta esperança para o fim do exílio. Em Janeiro de 1969 a Acção Católica portuguesa, em Conselho Plenário da Junta Central, solidária com o grupo do Porto, manifesta a preocupação com a situação do Bispo. A 20 de Fevereiro D. António vai a Roma para uma audiência com Paulo VI. Durante uma hora abrem-se perspectivas. A questão do regresso à diocese passa para os bispos portugueses e para o Governo. Escreve entusiasmado, no dia 24, ao seu procurador, D. Domingos de Pinho Brandão, que tendo sido nomeado bispo em 11 de Dezembro de 1966,



fora sinal de mudança dos tempos e criador de esperança. A 28 já estava em Ciudad Rodrigo e escrevia longa carta ao Dr. Domingos Braga da Cruz, Governador Civil do Porto e amigo pessoal de Marcelo Caetano. Pedia que verificasse quais eram as disposições do Governo para a sua entrada em Portugal. Como não havia fundamento jurídico para a proibição de entrar bastaria uma palavra de confiança do novo Chefe do Governo. Também padres diocesanos do Porto demandam na Nunciatura pelo regresso do Bispo. Em 12 de Maio é o Dr. Francisco Sá Carneiro, deputado da ala liberal e futuro fundador do PSD, a interceder a Marcelo para que repusesse a justiça. Dois dias depois já obtinha a resposta positiva: nada impedia que regressasse. Restava saber o que fazer com o administrador apostólico. Aguardava resposta do Núncio. Então Sá Carneiro manifesta ao Núncio o seu empenho, em nome de todos os que no Porto aspiram pela sua vinda. Impaciente, D. António já em Alba de Tormes escreve ao Presidente do Conselho (29-5-69). Em longa carta expressa a confiança de que o Governo não criará obstáculos à passagem da fronteira e à normalização da vida na diocese. A carta de Marcelo não tarda (12-6). Desejava fazer um acordo com a Santa Sé e não tinha sido ainda possível. Podia vir para Fátima e aguardar aí a resolução acerca do D. Florentino. No dia 18 parte para Portugal, atravessando a fronteira do Caia. Chega a Fátima na madrugada do dia 19 e hospeda-se na Casa das Dominicanas. Aí uma delegação da Conferência Episcopal dá-lhe as boas vindas, porque os bispos estavam em retiro anual. No final, na tarde do dia 21 e manhã de 22 reúne-se Assembleia Plenária, na qual ouvirão o bispo expor, por uma hora, os passos do regresso. Antes tinha tido um encontro com o cardeal Cerejeira. Esta cordialidade acolhedora reconforta e apazigua o nervosismo de D. António.

A 1 de Julho D. Florentino de Andrade e Silva despede-se da diocese e cessa as delicadas e penosas funções, no dia seguinte.

† Carlos A. Moreira Azevedo,
Presidente da Fundação Spes